

Crise no Curso de Música gera impasse entre o Departamento, a Direção do Instituto de Artes e a Administração Central da Universidade

Reproduzimos a seguir, a pedido, documento aprovado pela Assembléia Permanente de professores, alunos e funcionários do Departamento de Música do Instituto de Artes.

A Crise no Curso de Música e o Novo Instituto de Artes

Desde a sua criação, o Instituto de Artes é visto pela comunidade universitária como uma unidade à parte, com grande dificuldade para se adaptar às práticas acadêmicas e às normas vigentes na Unicamp. Em parte, o próprio IA é responsável pela construção dessa imagem, já que em alguns momentos procurou apresentar um discurso no qual o artista e as práticas artísticas foram permeados por critérios de subjetividade, permitindo ao IA escapar às normas ou, no mínimo, adaptá-las às suas conveniências.

Internamente, por sua vez, o IA desenvolveu práticas e comportamentos que dificultam a sua consolidação como Unidade. Cada departamento, responsável por uma área artística, teve autonomia tanto no aspecto administrativo como no que diz respeito à sua atuação em ensino, pesquisa e extensão. A figura do diretor do instituto, bem como da congregação, durante muito tempo serviram como instâncias burocráticas formais, cuja função era a de legitimar as vontades dos departamentos. Não havia uma política de Instituto e não se questionavam as práticas de cada um dos departamentos.

Mas, assim como a universidade, o IA também se transformou. Vários docentes, atendendo às diretrizes do Projeto Qualidade, buscaram na titulação o caminho para a consolidação de seus trabalhos e de sua carreira acadêmica. O número de alunos cresceu. Surgiram os cursos de Arte e Multimeios em nível de pós-graduação. Novos professores e novas idéias levaram à formação de uma nova consciência acadêmica no IA, e esta nova consciência conflita com algumas das práticas históricas do instituto.

Uma importante manifestação dessa nova consciência acadêmica do IA deu-se no início de 1995 durante a campanha para a sucessão na diretoria do instituto. Professores de todos os departamentos pela primeira vez na história do IA se reuniram para conjuntamente elaborar um documento no qual foram apresentados pontos programáticos de interesse comum que deveriam orientar a nova gestão. Entre esses pontos estão: a implantação dos departamentos, democratização, representatividade, elaboração do regimento interno da unidade e departamentos, integração dos cursos, definição de linhas de pesquisa, estreitamento de relações com outras unidades, abertura de convênios e

definição de uma política de qualificação docente.

A Prof.^a Dr.^a Regina Pollo Muller, comprometeu-se com essa plataforma, obteve apoio maciço da comunidade e elegeu-se para o cargo. Desde então vem conduzindo a sua administração no sentido de atender aos pontos acordados, procurando manter o diálogo democrático com a comunidade que a elegeu. Um grande exemplo disso é a recente eleição realizada para a renovação da representação docente na Congregação do IA, que pela primeira vez deu-se absolutamente dentro das normas universitárias.

Nesse mesmo período em que surge o embrião de um instituto digno de receber essa designação, um processo paralelo acontece dentro do mesmo instituto, obrigando-nos a refletir sobre a incompatibilidade entre as velhas práticas do IA e o momento presente: a Crise no Departamento de Música.

O início da crise remonta ao final do ano de 1994 quando um dos representantes discentes na Comissão de Graduação publicou uma carta aberta à comunidade na qual foram apresentadas graves denúncias envolvendo o chefe do Departamento de Música. Reagindo aos fatos decorrentes dessa publicação, o chefe de departamento conseguiu junto à Procuradoria Geral da universidade um parecer que contraria a Deliberação CEPE 01/93 que indica a Diretoria e a Congregação do instituto como instâncias superiores e responsáveis pela Coordenação. Tal parecer colocou o curso de música em situação excepcional e única em toda a universidade.

A partir daí, estabeleceu-se um impasse entre chefia de departamento e direção do instituto. Por conta desse impasse, os problemas foram se acumulando: disciplinas sem professores, reformulação curricular interrompida e até mesmo uma ameaça de reprovação em massa em duas disciplinas nas quais os alunos entraram em atrito com o professor.

Os problemas chegaram a tal atividade que os alunos decidiram organizar um protesto público, distribuindo panfletos pelo campus e dirigindo-se à reitoria.

Em vista desses fatos, um grupo de docentes convocou uma reunião geral do departamento (professores, alunos e funcionários). Essa reunião transformou-se em uma assembléia permanente que vem se reunindo para tratar dos problemas do departamento. Um dos docu-

mentos produzidos por essa assembléia foi justamente um pedido para que o Conselho Universitário legisse sobre a legitimidade do parecer da Procuradoria Geral, que tem dado origem a tantos conflitos.

Diante dessa problemática a administração central da universidade tem se comportado de uma maneira bastante estranha. Em primeiro lugar endossando um parecer que põe um curso e um departamento em situação administrativa tão peculiar. Em segundo lugar mostrando-se tão hesitante para resolver o problema que ela mesma criou. O parecer, se considerado legítimo, deve ser aplicado a todos os cursos da universidade que se encontram na mesma situação. Isso significaria o enfraquecimento do IA como unidade, e desorganizaria outros cursos da universidade. E o que há de mais intrigante nisso tudo é: por que, no momento em que o IA começa a se organizar no sentido de adaptar-se às normas acadêmicas, a administração central da universidade insiste tanto em preservar as velhas práticas agonizantes no instituto?

Essa hesitação da administração central da universidade pode ter conseqüências desastrosas. Ignorando o impasse estabelecido a partir do citado parecer entre chefia de departamento e direção do instituto, que tornou o curso de música acéfalo, e procurando a solução para os problemas em acordos paliativos nos gabinetes da cúpula universitária, corre-se o risco de desautorizar uma diretoria eleita legitimamente pela comunidade, em favor de uma chefia vitalícia de um departamento até então não implantado. Corre-se o risco de jogar no lixo todo o trabalho do instituto no sentido de se organizar academicamente. Acima de tudo, corre-se o risco de comprovar que as normas universitárias não valem nada, ou valem para alguns mais do que para os outros.

Estamos vivendo no momento aquela que talvez (esperamos) seja a última batalha entre o velho e o novo Instituto de Artes da Unicamp. Ou o instituto se consolida em seu projeto acadêmico e em consonância com o todo da universidade, ou veremos perpetuadas as práticas das quais nenhuma instituição universitária pode se orgulhar. Esperamos, sinceramente, que a administração central da Unicamp tenha discernimento e saiba tratar esta questão com o devido empenho, para que seja preservada a própria instituição.

Essa hesitação da administração central da universidade pode ter conseqüências desastrosas. Ignorando o impasse estabelecido a partir do citado parecer entre chefia de departamento e direção do instituto, que tornou o curso de música acéfalo, e procurando a solução para os problemas em acordos paliativos nos gabinetes da cúpula universitária, corre-se o risco de desautorizar uma diretoria eleita legitimamente pela comunidade, em favor de uma chefia vitalícia de um departamento até então não implantado. Corre-se o risco de jogar no lixo todo o trabalho do instituto no sentido de se organizar academicamente. Acima de tudo, corre-se o risco de comprovar que as normas universitárias não valem nada, ou valem para alguns mais do que para os outros.

Balancete Financeiro

Março de 1996

SALDO INICIAL	699.724,75
RECEITAS	
Contribuição de Sócios	43.541,53
Receitas de Convênios	156.546,28
Rendimento de Aplicação	13.540,11
Outros (xerox, uso terceiros telefone etc)	72,46
Devolução empréstimos funcionários	0,00
DISPONÍVEL	213.700,38
DESPESAS	
Pessoal/encargos sociais	8.771,29
Colaboração com outras entidades	8.833,30
Imprensa e Divulgação	2.674,43
Despesas de Viagens, Representações e Eventos	1.188,40
Estornos e débitos indevidos de associados	690,49
Treinamento para funcionário	482,36
Confraternização com a categoria	0,00
Manutenção da sede	2.097,99
Repasse para convênios	132.363,52
Honorários	4.350,37
Serviços prestados de terceiros	950,50
Despesas Bancárias	1.686,76
Patrimônio para sede	17.707,46
TOTAL DAS DESPESAS	181.796,87
SALDO EM 31/03/1996	781.628,26
ATIVO FINANCEIRO	
Aplicações financeiras	731.440,82
Conta corrente	20,00
Caixa secretaria	167,44
TOTAL DO ATIVO FINANCEIRO	731.628,26

Doação de sangue

Necessita-se doadores de sangue para atender ao Sr. Marcos Fernando Longo Salvador, esposo da Profª Mirna Lúcia Gigante (FEA), que será submetido a um transplante de fígado junto ao Hospital das Clínicas.

Locais de doação:

- Unicamp / Hemocentro: todos os dias, inclusive sábados, domingos e feriados, das 7:30 às 15:00 horas.
- Hospital Mário Gatti / Banco de Sangue: 2ª a 6ª feira, das 8 às 14 horas.
- Hospital Celso Pierro/PUCC: 2ª a 6ª feira, das 8 às 14 horas.

Condições para doação:

- Idade entre 18 e 60 anos
- Peso acima de 50 Kg
- Não necessita estar em jejum, apenas evite alimentos gordurosos e após o almoço aguardar quatro horas.

As doações deverão ser feitas em nome do Marcos.

Agradecemos sua solidariedade